

PODER

Menos protagonismo do TSE

Expectativa é de que, com Nunes Marques e André Mendonça à frente, Corte tenha uma atuação mais discreta nas eleições

» ALÍCIA BERNARDES

A configuração das cúpulas do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, em 2026, abre um novo capítulo na relação entre Justiça e política em ano eleitoral. De um lado, o STF será comandado por Edson Fachin, com Alexandre de Moraes na vice-presidência, dupla que esteve no centro da resposta institucional aos ataques às urnas e ao resultado das eleições de 2022. Do outro, no TSE o comando ficará nas mãos de Kássio Nunes Marques, com André Mendonça como vice, ambos indicados ao STF pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e associados a uma atuação mais contida da Justiça Eleitoral.

A mudança de eixo no TSE — atualmente presidido pela ministra Cármen Lúcia —, que deixa para trás o protagonismo exercido por Moraes e Fachin em 2022, tem provocado debates no meio jurídico e político sobre como a Corte reagirá, desta vez, às campanhas de desinformação, às críticas às urnas eletrônicas e às tentativas de judicialização do resultado eleitoral e, sobretudo, à manipulação da inteligência artificial para a disseminação de mentiras.

Para o advogado Luiz Gustavo Cunha, especialista em direito eleitoral, o contraste entre as duas duplas é grande. "Em 2022, o TSE adotou uma postura expansiva, intervindo de forma direta e, por vezes, criativa, para conter o avanço de narrativas que colocavam em dúvida a integridade do processo eleitoral. Essa atuação foi vista por muitos como decisiva para a preservação do resultado, mas, também, gerou questionamentos sobre os limites constitucionais do tribunal", afirma.

Fellipe Sampaio/SCO/STF



Nunes Marques deve levar o perfil discreto quando estiver à frente do TSE

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Também indicado por Bolsonaro, Mendonça pouco se manifesta em público

No pleito de 2022, o tribunal editou resoluções que aceleraram a remoção de conteúdos considerados desinformativos nas redes sociais, restrinjindo propaganda paga na internet nos dias que antecederam a votação e atuou de forma intensa em ações contra candidatos e partidos. Para críticos, esse modelo reforçou a percepção de judicialização da política e alimentou discursos de perseguição e censura.

Já Nunes Marques e Mendonça, segundo Cunha, defendem uma concepção de Justiça Eleitoral mais autocontida. "Eles sinalizam que o TSE não deve funcionar como um

'terceiro turno' das eleições. A ideia é reprimir abusos claros, mas evitar intervenções que possam ser lidas como correção política do resultado", diz o advogado. Mendonça, inclusive, declarou recentemente que a futura cúpula do tribunal deve agir com discrição, imparcialidade e fundamentação, ouvindo as partes de todos os lados.

A grande incógnita é se um TSE menos protagonista não se tornará mais vulnerável a estratégias sofisticadas de desinformação e a ataques coordenados, sobretudo no ambiente digital. Para Cunha, o risco existe. "A velocidade com que

narrativas falsas se espalham hoje desafia os tempos do Judiciário. Uma redução excessiva do ímpeto institucional pode abrir brechas perigosas para a erosão da confiança no processo eleitoral", avalia.

Por outro lado, há quem veja na mudança uma oportunidade de reduzir a tensão institucional. "O excesso de intervenção observado em 2022 acabou alimentando discursos antissistêmicos. Uma postura mais discreta pode retirar combustível dessas narrativas", pondera.

Mesmo com a troca de comando, o TSE continuará a decidir de forma colegiada. A maioria dos

ministros da Corte Eleitoral, indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tende a funcionar como contrapeso relevante. Juristas próximos a Moraes e ao ministro Flávio Dino, como o professor Floriano Marques e a ex-secretária do Ministério da Justiça Estela Aranha, integram o plenário e podem influenciar decisões em temas sensíveis, como pedidos de cassação, direito de resposta e ações sobre propaganda e desinformação.

Nesse contexto, a mudança de perfil no comando do TSE pode ser lida menos como um risco institucional e mais como um retorno gradual ao modelo tradicional da Justiça Eleitoral, voltado à garantia das regras do jogo. Ainda assim, o ambiente de forte polarização e o legado dos ataques às instituições — incluindo os de 8 de Janeiro — impõem à Corte um desafio delicado.

» Três votos contra emendas de cassados

O Supremo Tribunal Federal (STF) soma três votos para manter a decisão do ministro Flávio Dino que impede o governo federal de executar ou receber indicações de emendas parlamentares apresentadas pelos ex-deputados Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem. O processo tramita no plenário virtual da Corte até 6 de fevereiro. O voto mais recente é o da ministra Cármen Lúcia. Antes dela, Alexandre de Moraes acompanhou o relator. O caso está em julgamento para confirmar ou derrubar a decisão de Dino — o ministro sustentou que os parlamentares não tinham legitimidade para indicar emendas enquanto permaneciam nos Estados Unidos, mesmo quando ainda exerciam o mandato.

gradual ao modelo tradicional da Justiça Eleitoral, voltado à garantia das regras do jogo. Ainda assim, o ambiente de forte polarização e o legado dos ataques às instituições — incluindo os de 8 de Janeiro — impõem à Corte um desafio delicado.

"O sucesso do TSE em 2026 dependerá menos dos nomes e mais da capacidade de equilibrar poder, prudência e legitimidade institucional", resume Luiz Gustavo Cunha. "Um Judiciário excessivamente expansivo corre o risco de substituir a política; um Judiciário excessivamente contido pode falhar na proteção da democracia", explica.

COMUNICADO DE RECOLHIMENTO DE PRODUTO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

A NESTLÉ BRASIL LTDA. (CNPJ 60.409.075/0001-52) está recolhendo voluntaria e preventivamente alguns lotes dos produtos de nutrição infantil, das marcas **NESTOGENO, NAN SUPREME, NANLAC SUPREME, NANLAC COMFOR, NAN SENSITIVE E ALFAMINO.**



OS PRODUTOS ACIMA NÃO CONTÊM GLÚTEN

CONFIRA A RELAÇÃO COMPLETA DOS LOTES AFETADOS EM WWW.NESTLE.COM.BR
O lote e a data de validade estão gravados no fundo da lata.

Este recolhimento é uma medida de precaução devido à presença potencial de **cereulide** – produzida pelo microrganismo *Bacillus cereus* – em um dos ingredientes utilizados nos lotes especificados. Apesar de o *Bacillus cereus* ser comumente encontrado em matérias-primas e em alimentos, em alguns casos, ele tem o potencial de produzir substâncias, dentre elas a cereulide. A exposição à cereulide pode, em casos mais graves, causar vômitos persistentes, diarreia ou letargia incomum. Tais sintomas geralmente aparecem logo após a exposição, em até 6 horas do consumo. Os consumidores que tenham produtos dos lotes especificados devem **suspender imediatamente** seu uso e entrar em contato com o atendimento ao consumidor para devolução gratuita e reembolso por meio dos canais falecom@nestle.com.br ou **0800 761 2500, de segunda a domingo, 24 horas por dia**. Em caso de dúvidas quanto à saúde ou nutrição da sua criança, a Nestlé orienta consultar o seu pediatra ou profissional de saúde. O recolhimento está restrito aos lotes e produtos indicados e está sendo realizado coordenadamente com as autoridades. A distribuição e comercialização dos lotes recolhidos já foram suspensas e todos os demais lotes e outros produtos da Nestlé que não foram abrangidos por este recall estão seguros para consumo.

A NESTLÉ REFORÇA SEU COMPROMISSO COM A QUALIDADE E SEGURANÇA DE SEUS PRODUTOS.



Para orientações e informações iniciais, escaneie o QR Code e fale com o Serviço Nestlé ao Consumidor via WhatsApp.